



**LIDERANÇA DA MINORIA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. Eduardo Bolsonaro)**

Apresentação: 21/11/2023 18:15:47.470 - CFFC

REQ n.520/2023

Requer que seja convocada a Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, para prestar esclarecimentos acerca do fato de o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) ter recebido R\$ 35 milhões do Fundo Amazônia em 2022 e ter gasto R\$ 24 milhões com consultorias e viagens.

Senhor Presidente,

Solicito, com base no artigo 50, *caput*, da Constituição Federal e na forma do artigo 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocada a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, para prestar esclarecimentos acerca do fato de o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) ter recebido R\$ 35 milhões do Fundo Amazônia em 2022 e ter gasto R\$ 24 milhões com consultorias e viagens.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tem como objetivo esclarecer a legalidade dos recursos repassados ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Segundo as investigações da CPI das ONGs, o Ipam – supostamente ligado à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva – teria recebido financiamento de R\$ 35 milhões do Fundo Amazônia. Desse montante, R\$ 24 milhões foram utilizados para consultorias e viagens. O diretor-executivo do Ipam,



* C D 2 3 6 5 9 7 3 9 4 2 0 0 *



LIDERANÇA DA MINORIA CÂMARA DOS DEPUTADOS

André Guimarães, informou que a ministra Marina Silva ocupa o cargo de conselheira honorária da ONG.

Além disso, a ministra, de acordo com a CPI, compõe o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, cuja atribuição estabelece diretrizes e critérios para a aplicação de recursos do fundo.

Neste sentido, em meio a alegações que sugerem benefícios direcionados a uma ONG durante o exercício de suas funções ministeriais, entendemos que é essencial que a Ministra, por meio desta comissão, possa esclarecer os fatos relatados. Pretende-se elucidar a extensão dos supostos benefícios conferidos à mencionada ONG, bem como a justificativa e legalidade dessas ações à luz das diretrizes e normativas do Ministério.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em

Deputado
EDUARDO BOLSONARO (PL/SP)

